

HISTORIA CRITICA

CHAMADA

Histórias de violência sexual

A *Historia Crítica*, revista da Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de los Andes (Bogotá, Colômbia), anuncia a chamada de seu número especial “**Histórias de violência sexual**”, editado pelos convidados Eliza Teixeira de Toledo (Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Brasil) e Daniel Gray (University of Hertfordshire, Reino Unido). **Os artigos deverão ser submetidos entre 15 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022.**

Definições de — e respostas a — violência sexual sempre foram mediadas por condições históricas e culturais específicas. Desde 2017, o alcance internacional do movimento #MeToo (desenvolvido pela primeira vez pela ativista afro-americana Tamara Burke em 2006) despertou um novo interesse sobre o assédio sexual generalizado e a agressão a mulheres, crianças e homens. Por sua vez, no entanto, os sucessos desse movimento também encontraram o que muitas vezes foram negações abertamente misóginas de que essa violência sexual é uma parte generalizada e perturbadoramente “normalizada” das experiências de vida de muitas mulheres. As críticas ao movimento #MeToo argumentam que essa consciência alimenta uma piedosa e intolerante “cultura do cancelamento” ou uma mentalidade de massa que injustamente tem como alvo pessoas “inocentes”, principalmente homens.

Em muitas sociedades e por períodos substanciais, a violência sexual também tem sido rotineiramente descartada como uma preocupação séria; as discussões (médicas, jurídicas, políticas ou culturais) sobre o assunto responsabilizaram e estigmatizaram explicitamente as vítimas de tais ataques, em vez de condenar os agressores ou buscar justiça. Por exemplo, o médico britânico Alfred Swaine Taylor assegurou aos leitores do seu influente livro sobre medicina legal em 1865 que falsas alegações de estupro eram muitas vezes “feitas deliberada e propositalmente” — uma declaração que não estava relacionada com qualquer evidência de tais falsas acusações nos tribunais, mas sim com os mitos em torno da violência sexual na Inglaterra vitoriana. Da mesma forma, o médico legista e psiquiatra brasileiro Raimundo Nina Rodrigues afirmou, no início do século XX, que os corpos de mulheres e meninas negras e mestiças eram mais propensos a serem “confundidos” por um médico incauto como vítimas de violência sexual. Como aponta a antropóloga e socióloga Mariza Corrêa, as reivindicações de Rodrigues ajudaram a estabelecê-lo como autoridade internacional em questões de justiça criminal e fizeram com que vítimas negras de agressão sexual enfrentassem desafios ainda maiores para buscar reparação nos tribunais brasileiros.

Tanto o caso de Taylor como o de Rodrigues também demonstram a preocupação constante em reivindicar o corpo (feminino) como um lugar de “verdade” objetiva e neutra que poderia facilmente provar ou refutar denúncias de violência sexual, apesar de tais interpretações serem marcadas pelo preconceito racial, de gênero e de classe tanto na prática quanto no discurso. Contextos particulares — como a guerra — ou instituições — como a escravidão ou o imperialismo — também se cruzaram com essas ideias e foram frequentemente usados pelos agressores como uma desculpa para a violência sexual contra pessoas subjugadas ou mulheres e homens escravizados. O impacto e o legado dessa estigmatização e apagamento da violência sexual também exigiram que os historiadores lessem fontes contra a corrente ou que ouvissem atentamente o que permanece não dito em depoimentos e entrevistas da história oral.

Em suma, o estudo da violência sexual precisa levar em consideração a intersecção entre as realidades, os atores, os discursos, as práticas, os preconceitos e as contradições que, em diferentes contextos históricos e geográficos, têm ajudado a promovê-la e, ao mesmo tempo, têm normalizado ou até mesmo a condenado. As maneiras como a violência sexual foi compreendida, aceita, tolerada, contestada ou rejeitada por agressores, vítimas ou relatores também dependeram de contextos culturais específicos. Ler as — muitas vezes escassas ou implícitas — evidências (textuais, verbais, corporais ou visuais) da violência sexual e as respostas a ela representa frequentemente um desafio para os historiadores, que precisam refinar suas ferramentas metodológicas e teóricas para abordar e estudar esse fenômeno.

Nesse sentido, temos interesse em receber artigos que tratem das histórias de violência sexual **em qualquer região do mundo e de qualquer período histórico** que explorem (mas não se limitem a) os seguintes temas:

- violência sexual em contextos coloniais e imperiais;
- violência sexual durante guerras e conflitos;
- violência sexual e migração (incluindo migração forçada);
- arquivos e testemunhos de violência sexual;
- entendimentos ou conhecimentos médicos e legais da violência sexual;
- violência sexual e reprodução;
- histórias de abuso sexual infantil;
- violência sexual e escravidão;
- violência sexual contra povos indígenas;
- violência sexual e o “cotidiano”;
- violência sexual contra pessoas LGBTQ+.

Convidamos os interessados em participar deste número especial a submeterem artigos inéditos em espanhol, inglês ou português. **Os artigos devem ser apresentados em Word e obedecer aos padrões editoriais da revista:** extensão máxima de 11.000 palavras, o que inclui notas de rodapé (18-22 páginas, aproximadamente), fonte Times New Roman, corpo 12 pt, espaçamento simples, papel tamanho carta com margens de 3 cm. As informações do autor devem ser enviadas em um arquivo separado. Notas de rodapé e referências bibliográficas devem ser citadas usando o *Chicago Manual of Style*.

**Instruções importantes sobre as diretrizes de submissão de manuscritos podem ser encontradas em <https://revistas.uniandes.edu.co/for-authors/historicrit/editorialpolicy>.
O não cumprimento das normas de submissão acarretará a rejeição do artigo.**

Os artigos devem ser submetidos por meio da plataforma *ScholarOne Manuscripts* (o link estará disponível durante o período da chamada no site da revista, na seção “Artigos / Submissões”). Os artigos enviados à *Historia Crítica* não podem estar simultaneamente em processo de avaliação por outra publicação.